

Tebet e Galípolo defendem regra para contas públicas

Contas públicas Tebet e Galípolo veem avanços no projeto de arcabouço aprovado por deputados e negam foco em receita e despesa R\$ 80 bi mais alta

Para governo, regra fiscal saiu da Câmara mais dura que original

Luciane Carneiro, Marta Watnabe e Estevão Talar
Do Rio, São Paulo e Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, fizeram uma defesa enfática dos avanços alcançados até agora com o arcabouço fiscal ao participarem, nesta terça-feira (30), do seminário "E agora, Brasil?", promovido pelos jornais Valor e O Globo.

Rebatendo críticas, os dois afirmaram que a nova regra fiscal restritiva, tem foco em controle de gastos, e não em receita, e não traz aumento de despesas de R\$ 80 bilhões, como estimam alguns economistas. Segundo Tebet e Galípolo, a proposta é mais flexível que o texto de gastos e se adapta melhor aos ciclos econômicos, além de permitir, ao mesmo tempo, manter a dívida pública sob controle e contemplar demandas sociais.

"Acho que vem tendo sucesso não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista do mercado. Lógico que vão existir divergências e críticas. Mas quando olho para o preço dos ativos, devida a divulgação do arcabouço, a taxa de juros de longo prazo vêm caindo, o câmbio atingiu novo patamar, um patamar bem mais confortável do câmbio, aquele risco que existia da relação entre a dívida e o PIB foi afastado", disse Galípolo.

Após falar sobre o resultado do que foi aprovado na Câmara, o secretário destacou que o arcabouço fiscal não "é um papel de economia", mas sim fruto de uma construção democrática, "que reflete a composição de forças que foram feitas", deixando implícito os diferentes interesses envolvidos nos debates da nova regra fiscal.

Tebet afirmou que será necessário

"[Arcabouço] tem sucesso não só do ponto de vista político, mas do mercado"
Gabriel Galípolo

um corte de até R\$ 40 bilhões no próximo ano, após alterações feitas pelo relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Castro (PP-BA), utilizando esse formato mais restritivo da regra fiscal. Ela se mostrou confiante em relação à tramitação do projeto no Senado, mas disse que não há espaço para mais cortes. "A soberania do Senado é que vai dizer [sobre o arcabouço]. Mas cabe a nós fazer um contraponto a uma narrativa que veio do mercado nos últimos dias, vamos mostrar que está falando de uma fiscalista, que o arcabouço não mais restrito em relação a gastos. Nos parâmetros de legislação que cortar entre R\$ 32 bilhões e R\$ 40 bilhões de despesas discricionárias com a alteração que relatou", disse.

"Alteração de projeto leva a corte de até R\$ 40 bi em despesas discricionárias"
Simone Tebet

A necessidade de corte no Orçamento de 2024 também foi alvo de comentário do secretário de Tesouro Nacional, Rogério Ceno, em entrevista ao Valor nesta terça-feira (30) (veja página 6). Segundo ele, a mudança no projeto — que estabelece que o aumento de 2,5% dos gastos públicos acima da inflação dependerá da elevação da arrecadação — significa corte entre R\$ 40 bilhões e R\$ 60 bilhões em despesas discricionárias para o Orçamento de 2024. Neste contexto, a ministra acresce com possíveis cortes em emendas parlamentares. "Se não dá para estabelecer um ponto zero, que permaneça o arcabouço como está. Restringir mais significa ter que cortar, por exemplo, emendas parlamentares", afirmou, citando um recado aos senadores.

Na comparação direta entre o arcabouço fiscal e o texto de gastos que vigora atualmente, ambos resultaram em vantagens de flexibilidade e espaço para avançar com investimentos necessários para o país, inclusive na área social.

O formato anterior da regra fiscal — com aumento das despesas apenas pela inflação — trazia implicações de participação realista dos gastos, segundo Galípolo. Com o novo arcabouço, são criadas bandas — com limite superior e limite inferior para gastos — que permitem conservar o caráter anticíclico e dar flexibilidade para determinados gastos, especialmente sociais, ao mesmo tempo em que oferecem "sinalização de um bom comportamento na relação entre a dívida e Produto Interno Bruto (PIB)".

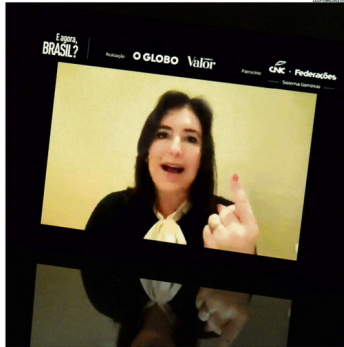
A ministra afirmou que o texto de gastos era muito rígido e dependia da sobrevivência do crescimento sustentado da economia, que dependia da reforma tributária, que não veio. Ela alegou que o arcabouço tenha foco na receita e resbalou a possibilidade de adaptações no caso de menor crescimento da economia, ao mesmo tempo em que mantém a dívida pública do país sob controle.

"É um equívoco [que o arcabouço] tem foco na receita. Ele depende da receita, mas o foco é controle de gastos, justamente para não gastar mais do que se arrecada. É lá na frente tem impacto no controle da dívida pública brasileira. Claro que olhando sempre para o compromisso social", disse.

Após comentar o dispositivo que permite aumento real de 2,5% de gastos em 2024, o secretário-executivo da Fazenda avaliou que houve certo "ruído" do mercado, embora diga que os cálculos apresentados pelos economistas são "legítimos", porque está "todo mundo tentando fazer as suas contas" sobre o novo arcabouço.

Segundo Galípolo, não é possível crescer R\$ 80 bilhões em gastos, segundo cálculos apontados por alguns economistas após a divulgação do relatório de Galípolo. Para o secretário, uma expansão de gastos desse tamanho não é "viável" mesmo considerando equivalentes a 2016 do PIB. O nível de despesas, ressaltou, equivale a algo entre 18,5% e 18,7% do PIB e a diferença entre 0,8% do PIB e 2,5% do PIB é de R\$ 38 bilhões.

O secretário defendeu que a regra está muito mais aberta do que parece e há cenário desafiador na



Tebet: "O arcabouço tem metas ambiciosas, de tentar zerar o déficit para o ano que vem e um déficit, mas é crível e possível"



Gabriel Galípolo: "Precisaremos enfrentar outra tema, que é se estamos dispostos a expor saúde, educação"

transição de 2023 para 2024. "Precisamos enfrentar outro tema, que é se estamos dispostos a expor saúde, educação".
Após comentar o resultado do projeto, Simone Tebet afirmou ainda que o relatório tomou a regra "crível, flexível, sustentável",

mas também admitiu os desafios para seu cumprimento. Ela revelou que conversa com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que ele "joga uma granada em pino no próprio colo".
"Eu disse para o Haddad: 'Nós estamos aqui para lhe apoiar,

mas você sabe que jogou granada sem pino no seu colo, né?'. O arcabouço tem metas ambiciosas, de tentar zerar o déficit para o ano que vem. É um desafio, mas é crível e possível", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4